

Demonstração Financeira

Os canais de E-commerce e de Venda Direta estão em fase de desenvolvimento e requerem gastos e investimentos inicialmente superiores à geração de resultados e que prejudicam o resultado consolidado do varejo. Ao encerramento o aumento das despesas do 4T13 para o 4T14 para desenvolvimento destes novos canais, o EBITDA de varejo teria alcançado R\$ 62,7 milhões, crescimento de 64,0%, com a margem EBITDA passando para 9,5%, ganho de 3,8 p.p.

PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS						
Produtos e Serviços Financeiros (R\$ mm, exceto dados operacionais)						
	4T14	4T13	% Variação	2014	2013	% Variação
Cartão Private Label						
Receita de Juros Líquida de Funding	65,4	66,2	-1,2%	289,1	270,9	6,7%
Receita de Serviços Financeiros	38,4	33,2	15,7%	159,0	121,8	30,5%
Outros	(7,5)	(27,4)	-72,6%	(39,9)	(56,2)	-28,9%
Perda Líquida de Recuperações	(31,9)	(30,7)	4,1%	(185,8)	(152,8)	21,6%
Margem de Contribuição - Private Label	64,4	41,3	55,9%	222,4	183,7	21,0%
Empréstimo Pessoal						
Receita de Juros Líquida de Funding	48,6	40,1	21,2%	187,5	144,3	30,0%
Perda Líquida de Recuperação	(12,7)	(12,6)	1,0%	(56,3)	(42,6)	32,2%
Margem de Contribuição - EP	35,9	27,5	30,4%	131,2	101,7	29,0%
Cartão Co-Branded						
Margem de Contribuição - Co-Branded	26,4	17,2	53,3%	96,7	64,7	49,4%
Despesas Operacionais	(51,8)	(42,6)	21,5%	(163,1)	(139,6)	16,9%
EBITDA PSF	74,9	43,4	72,5%	287,2	210,6	36,4%

Cartão Private Label: a receita de juros líquida de custos de captação caiu 1,2%, decorrente da redução dos recebíveis da variação das atividades de varejo.

A receita de Serviços Financeiros aumentou 15,7%, decorrente do aumento da penetração de seguros e planos de serviços na base. A conta "Outros" foi reduzida 72,6%, principalmente devido à transição do Programa da Fidelidade Amiga, que incorporou o sistema Netpoints.

A Perda Líquida de Recuperações aumentou em 4,1%. Considerada como percentual da carteira, tal perda ainda manteve-se levemente superior ao ano anterior (4,9% no 4T13 versus 4,5% no 4T14), mas já confirmando o processo de melhoria observada a partir do 3T14 (+1,9 p.p.).

Empréstimo Pessoal: a receita de juros líquida de custos de captação subiu 21,2%, decorrente do aumento da receita de juros de 25,6% e do aumento dos custos de captação de R\$ 0,7 milhões para R\$ 2,7 milhões, refletindo o crescimento de 19,0% no volume concedido, elevando a carteira de recebíveis a R\$ 200,9 milhões.

A Perda Líquida de Recuperações cresceu 1,0% para R\$ 12,7 milhões. Sobre a carteira, tal perda foi de 6,3%, queda de 1,5 p.p. frente ao 4T13.

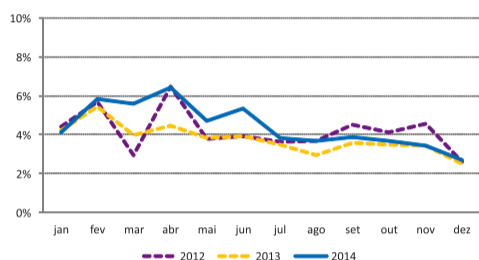
Cartão Co-Branded: A Margem Operacional cresceu 53,3%, a partir do crescimento de 82,1% do resultado da operação, decorrente do crescimento de 14,9% na base ativa deste cartão e compensando a redução de 10,2% na receita de comissão.

Os Custos e Despesas Operacionais cresceram 21,5% para R\$ 51,8 milhões, decorrentes principalmente do aumento dos custos dos serviços prestados.

Resultado Operacional (EBITDA): a combinação dos fatores explicados acima levou o resultado operacional da divisão de Produtos e Serviços Financeiros a R\$ 74,9 milhões, aumento de 150,4% sobre o 4T13.

Vendas por meio dos Cartões Marisa
A participação dos Cartões Marisa no total das vendas foi de 44,7%, redução de 4,9 p.p. em relação ao 4T13. Esta variação deriva da transferência do Programa Amiga da Marisa para a Netpoints, ocorrido no 2T14, cuja maturação e aprendizagem dos clientes demanda e demandará ainda alguns meses.

Perfil da Carteira de Recebíveis - Private Label
A carteira de recebíveis reduziu 5,3%, totalizando R\$ 650,8 milhões. A variação da carteira reflete a variação da atividade de varejo e a variação da participação do cartão Private Label. O aumento de 1,6 p.p. na parcela em atraso sobre o total da carteira é relacionado às faixas mais antigas, confirmando o processo de depuração da carteira mencionado anteriormente. A carteira vencida com mais de 90 dias totalizou R\$ 52,3 milhões (8,0% da carteira) frente aos R\$ 49,9 milhões (7,1% sobre a carteira) apresentados ao final do 4T13.

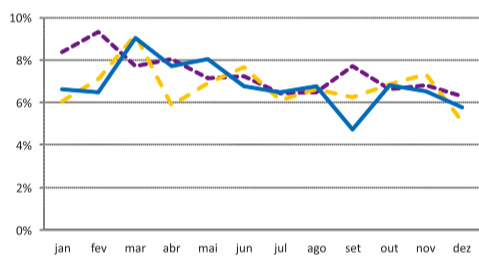


Private Label (R\$ mm)					
	4T14	% Total	4T13	% Total	% Variação
Em dia:	467,9	71,9%	505,4	73,5%	-7,4%
Vencidas:	183,0	28,1%	182,2	26,5%	0,4%
1 a 30 dias	85,2	13,1%	89,6	13,0%	-5,0%
31 a 60 dias	25,4	3,9%	23,3	3,4%	9,3%
61 a 90 dias	20,0	3,1%	20,3	3,0%	-1,8%
91 a 120 dias	18,7	2,9%	18,3	2,7%	2,2%
121 a 150 dias	16,6	2,6%	15,4	2,2%	8,0%
151 a 180 dias	17,0	2,6%	15,2	2,2%	11,6%
Total	650,8	100,0%	687,6	100,0%	-5,3%

Empréstimo Pessoal
O volume concedido aumentou 19,0%, decorrente do aumento de 7,4% no volume de contratos e de 10,7% ticket médio.

Perfil da Carteira de Recebíveis - Empréstimo Pessoal
A carteira de recebíveis cresceu 24,9%, sobre o 4T13 alcançando R\$ 200,9 milhões e tendo fechado a carteira no 3T14 com R\$ 201,5 milhões. O crescimento está associado à maturação dessa unidade de negócios, fomentada pelo aumento das concessões de empréstimos para clientes da base do Cartão Marisa que são pré-aprovados.

A carteira vencida com mais de 90 dias totalizou R\$ 36,1 milhões (18,0% sobre a carteira), contra os R\$ 25,2 milhões (15,7% sobre a carteira) apresentados em dezembro de 2013. A perda sobre a carteira foi de 6,3%, queda de 1,5 p.p. frente ao 4T13.



SAX (R\$ mm)					
	4T14	% Total	4T13	% Total	% Variação
Em dia:	139,3	69,3%	115,0	71,5%	-21,1%
Vencidas:	61,6	30,7%	45,9	28,5%	34,2%
1 a 30 dias	11,3	5,6%	9,3	5,8%	21,5%
31 a 60 dias	7,5	3,7%	6,1	3,8%	23,0%
61 a 90 dias	6,7	3,3%	5,3	3,3%	26,4%
91 a 120 dias	6,4	3,2%	4,9	3,0%	30,6%
121 a 150 dias	5,9	2,9%	4,4	2,7%	34,1%
151 a 180 dias	5,6	2,8%	4,0	2,5%	40,0%
181 a 240 dias	9,5	4,7%	6,4	4,0%	48,4%
241 a 300 dias	6,1	3,0%	3,9	2,4%	56,4%
301 a 360 dias	2,6	1,3%	1,6	1,0%	62,5%
Total	200,9	100,0%	160,9	100,0%	24,9%

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais - R\$)					
ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	380.855	117.898	510.680	257.883
Títulos e valores mobiliários	7	205	217	205	217
Instrumentos Financeiros	31	14.609	11.328	14.609	11.328
Contas a receber de clientes	8	403.286	405.256	980.364	978.974
Partes relacionadas	10	369.437	345.476	372.590	347.277
Tributos a recuperar	13	73.627	83.262	-	-
Tributos a recuperar	13	23.045	31.096	51.091	52.699
Outros créditos	20	20.821	9.582	49.928	47.965
Total do ativo circulante		1.291.885	1.004.115	1.979.467	1.691.343
Não Circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12(a)	129.885	67.454	184.566	112.987
Tributos a recuperar	11	16.240	14.134	16.271	14.195
Depósitos judiciais	22	51.249	42.860	55.299	44.846
Títulos e valores mobiliários	7	13.693	7.604	-	14.010
Partes relacionadas	13	-	-	1.174	1.174
Imobilizável	14	452.402	542.701	6.562	6.562
Intangível	16	526.177	551.994	552.110	577.326
Total do ativo não circulante		1.370.118	1.167.278	1.299.622	1.273.925
Total do Ativo		2.662.003	2.171.393	3.279.089	2.965.268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante					
Fornecedores	17	241.240	239.794	245.248	254.977
Empréstimos e financiamentos	18	191.202	12.377	365.360	106.697
Salários, provisões e contribuições sociais	19	54.220	51.342	59.543	55.929
Tributos a recolher	20	122.009	124.343	147.329	146.887
Partes relacionadas	13	10.919	43.296	6.047	5.915
Aluguéis a pagar	32	21.876	19.372	22.889	20.299
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	13	12.132	20.306	12.132	20.306
Receita diferida	21	1.000	-	13.000	12.000
Outras obrigações	46	49.676	25.771	58.837	65.084
Total do passivo circulante		701.774	536.601	930.395	688.094
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	699.560	667.403	774.349	685.387
Provisão para litígios e demandas judiciais	22	43.087	35.398	54.716	45.452
Receita diferida	21	18.250	-	53.250	47.000
Capital social	7	760.897	702.801	882.315	777.839
Total do passivo não circulante		1.581.794	1.405.602	1.764.670	1.555.676
Patrimônio Líquido	23(a)	661.493	661.493	661.493	661.493
Reservas de lucros		478.882	439.932	478.882	439.932
Reserva de opção de ações		8.413	6.313	8.413	6.313
Outros resultados abrangentes		7.090	-	7.090	-
Total do patrimônio líquido		1.155.878	1.107.738	1.155.878	1.107.738
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.662.003	2.347.140	3.279.089	2.965.268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$)					
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Controladora		Consolidado		Total do patrimônio líquido
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Lucro líquido do exercício	51.082	85.498	51.082	85.498	1.039.049
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	182.313	156.998	190.572	164.364	1.334
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixado	11.098	718	11.341	886	85.498
Equivalência patrimonial	(197.509)	(161.225)	1.979	-	2.163
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	75	95	(15.458)	(16.021)	-
Provisão para perdas dos estoques	7.136	(9.492)	7.136	(9.492)	-
(Ganho) Perda com investimentos, líquido	(66)	-	(66)	-	-
Plano de opção de compra de ações (stock option)	2.100	2.163	2.100	2.163	-
Instrumentos financeiros	3.809	(11.328)	3.809	(11.328)	-
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos de financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais	98.695	60.759	124.747	71.053	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(67.665)	(35.272)	(78.812)	(32.397)	-
Receita diferida	19.250	-	7.250	(12.000)	-
Provisão para litígios e demandas judiciais	416	167	415	(8.656)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	(4.105)	(24.079)	14.068	(87.280)	-
Estoques	(31.097)	35.700	(37.449)	34.795	-
Títulos e valores mobiliários	(6.077)	(38)	(6.124)	(14)	-
Tributos a recuperar	5.945	29.696	(468)	16.378	-
Partes relacionadas	9.635	(70.640)	-	-	-
Depósitos judiciais	(8.369)	(1.209)	(10.453)	5.209	-
Dividendos recebidos	328.124	136.926	-	-	-
Outros créditos	(11.239)	19.689	(1.963)	37.938	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RESULTADO OPERACIONAL CONSOLIDADO (EBITDA CONSOLIDADO)									
	4T13	4T14	% AA	2013	2014	% AA			
Varejo Consolidado									
Receita Bruta	1.184.228	1.378,1%	1.204.065	138,4%	3.463.988	137,7%	3.615.114	138,9%	4,4%
Tributos sobre Receita	(325.143)	-37,8%	(333.840)	-38,4%	(948.979)	-37,7%	(1.012.247)	-38,9%	6,7%
Receita Líquida	859.085	100,0%	870.224	100,0%	2.515.009	100,0%	2.602.866	100,0%	3,5%
S.S.S.	(461.708)	-53,7%	(443.757)	-51,0%	(1.331.437)	-52,9%	(1.368.208)	-52,6%	2,8%
CPV	397.375	46,3%	426.427	49,0%	1.183.572	47,1%	1.234.659	47,4%	4,3%
Despesas Operacionais	(347.007)	-40,4%	(341.929)	-39,3%	(1.020.604)	-40,6%	(1.129.449)	-43,4%	10,7%
- Despesas com Vendas	(310.975)	-36,2%	(301.443)	-34,6%	(912.564)	-36,3%	(1.003.077)	-38,5%	9,9%
- Despesas Gerais e Administrativas	(36.032)	-4,2%	(40.486)	-4,7%	(108.041)	-4,3%	(126.371)	-4,9%	17,0%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	61	0,0%	(12.989)	-1,5%	(2.623)	-0,1%	(5.160)	-0,2%	96,7%
EBITDA Varejo	50.430	5,9%	71.509	8,2%	160.344	6,4%	100.550	3,8%	-37,6%
EBITDA PSF	43.403	5,1%	74.902	8,6%					

Demonstrações Financeiras

marisa

MARISA LOJAS S.A. 61.189.288/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional
A Marisa Lojas S.A. ("Companhia" ou "Marisa"), incorporada no Brasil, com sede na Rua James Holland, 422, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 28 de abril de 1959, é uma Companhia de capital aberto e está listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código de negociação AMAA3, sendo classificada no nível "Novo Mercado" de Governança Corporativa. A Marisa e suas controladas (em conjunto a "Companhia" ou "Consolidado") se dedicam principalmente ao comércio varejista de atacatista de produtos de consumo, comércio eletrônico, vendas diretas, administração e Comércio Marisa, concessão de empréstimos para pessoas físicas, dentre outras atividades. A relação das controladas está evidenciada na nota explicativa nº 14 e outros detalhes sobre as informações por segmento foram fornecidas na nota explicativa nº 33. 1.1. *Aquisição de Participação na Netpoints Fidelidade SA ("Netpoints")*: Em 22 de abril de 2014, a Companhia adquiriu 20% do capital social da Netpoints, programa de fidelização de clientes de grandes redes varejistas. O valor de aquisição foi de R\$26.026. 1.2. *Aprovação das demonstrações financeiras*: Na reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2015, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
2.1. *Bases de elaboração e apresentação*: As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: a) demonstrações financeiras consolidadas; As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretados emitidos pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCCP"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). b) Demonstrações financeiras individuais da controladora: As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Com a revisão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, requeirando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício. 2.2. *Bases de consolidação*: As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. O processo de consolidação das contas patrimoniais e o resultado seguem a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte: **a)** Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas; **b)** Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e **c)** Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas. 2.3. *Moeda funcional e de apresentação*: As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

3. Principais Práticas Contábeis
As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia (BR GAAP) e consolidadas (IFRS) **a) Transações e saldos em moeda estrangeira**: As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. **b) Caixa e equivalentes de caixa**: Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **c) Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros**: Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, títulos e valores mobiliários, partes relacionadas, outros créditos e instrumentos financeiros derivativos. A mensuração de ativos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma: 1) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para venda adquiridos para o curto prazo, principalmente no curto prazo. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem os saldos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos. 2) **Emprestimos e recebíveis**: São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros créditos. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge**: A Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de especulação. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas em cada exercício como ganhos ou perdas no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como um hedge efetivo na modalidade de fluxo de caixa, e que tenha sido efetivo durante o exercício relacionado. A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge. E também documenta sua avaliação, tanto no início quanto em uma forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são, ou não, altamente eficazes nas suas variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício quando o hedge não for protegido por hedge. **(iii) Classificação de instrumentos financeiros**: Ativos e passivos financeiros são classificados em base de avaliação e reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e o valor líquido de líquidos em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iv) Valor justo de instrumentos financeiros**: O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como os mesmos são calculados estão descritas na nota explicativa nº 31. **(v) Passivos financeiros**: Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, contas a pagar, outras obrigações, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: 1) **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando foram adquiridos com o objetivo de liquidação no curto prazo. Ganhos e perdas passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem contas a pagar, outras obrigações e instrumentos financeiros derivativos. 2) **Emprestimos e financiamentos**: São reconhecidos inicialmente, empréstimos e financiamentos de juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros líquidos dos custos de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros. **d) Contas a receber**: As contas a receber são registradas pelo custo amortizado dos títulos representativos desses créditos. A controlada Club realiza operações de venda de créditos não performados por intermédio de sociedade de propósito específico - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios "FIDC NP Club Administradora de Cartões de Crédito" - **e) Estoques**: Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzidos de todos os custos necessários para realizar a venda. **f) Imobilizado**: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear da taxa a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando necessário. **g) Intangível**: Os gastos com as aquisições de licenças de programas de computador ("software") e de sistemas de gestão empresarial são capitalizados e amortizados conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 16 e os gastos associados à respectiva manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados em nível intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros serão gerados e sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à aquisição de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura pagos pela Companhia quando da assinatura dos contratos de aluguel são capitalizados e posteriormente amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação, pois não são recuperáveis ao final do prazo de locação. A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na medida de sua despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível. **h) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros**: Os bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), os quais correspondem a cada uma das lojas. **i) Arrendamento mercantil**: Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados durante o período de arrendamento pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os pagamentos a uma Companhia e suas controladas, detendo, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil econômica do ativo, conforme mencionado no item fi), ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor. **j) Provisões para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas**: As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável a saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. **k) Ajuste ao resultado**: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de vendas e os respectivos custos são registrados quando da entrega das mercadorias aos clientes e as receitas de prestação de serviços de cobrança e intermediação de créditos financeiros do Cartão Marisa são registradas quando o serviço é prestado. As receitas decorrentes das operações com cartão de crédito são apropriadas observando-se o critério "pro rata", com base no método da taxa efetiva de juros. **l) Impostos sobre vendas**: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto: **•** quando os impostos sobre vendas e serviços prestados incorridos na compra de bens ou serviços não foram recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas e serviços prestados é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do tem de despesa, conforme o caso; **•** quando os valores a receber e a pagar foram apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados; e **•** o valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **m) Resultado financeiro (receitas e despesas financeiras)**: Representam juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de "swap", resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos ("swap" contratado) e resultados diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência. **n) Ajuste a valor presente**: As operações de compra e vendas a prazo, prefiadas, foram trazidas a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que a controladora incurre quando de suas captações, tanto para os clientes quanto para fornecedores. A Companhia adota a taxa média de encargos financeiros das captações, pois o preço à vista e o parcelamento preferido têm o mesmo valor de venda, não sendo política da Companhia conceder descontos para pagamentos antecipados; além disso, não é considerada a variável juros na política de precificação dos produtos.

4. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: **(i) Correntes**: A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) é calculada de acordo com a legislação fiscal vigente, com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições e exclusões de despesas e receitas não tributáveis fiscais e perdas tributáveis, conforme exigido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar nas demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. **ii) Combinação de negócios**: Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Custos diretos atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos mensurados ao valor justo (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. O ágio fundamto por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado, mas sujeito a análise anual do seu valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

4. Principais Fontes de Julgamento e Estimativas
A Administração da Companhia e de suas controladas realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um efeito relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro são as seguintes: **a) Provisão para perdas em contrato**: A provisão para perdas em contrato está baseada em estimativas de perdas decorrentes de contratos com base no histórico de perdas e exclusão do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, e é considerável suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico. **b) Provisão para desvalorização dos estoques**: A desvalorização dos estoques ocorre quando itens são vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques na data do balanço, com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado. **c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**: As contas a receber de clientes do Cartão Marisa são controladas por faixa de vencimento e CPF dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da

carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, aplicando-se esse percentual sobre os valores vencidos acima de 90 dias, considerados como críticos para a Companhia. **d) Provisão para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas**: A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisdição disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação da Administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos. **e) Imposto de renda e contribuição social diferidos**: O julgamento da administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que poderão ser reconhecidos, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **f) Valor justo de instrumentos financeiros**: O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **g) Transações com Pagamentos Baseados em Ações**: A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

5. Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas
a) A seguir apresentamos os novos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014, mas que não surtiram efeitos significativos nas demonstrações financeiras anuais da Companhia. **IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32**
A revisão clarifica o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Focemem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. **b)** A seguir apresentamos os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor e serão efetivos nos próximos exercícios sociais: **IFRS 9 Instrumentos Financeiros** (Vigência a partir de 01/01/2018)
Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iv) o conceito de derivativos embutidos foi extinto. O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. A entidade participante de uma joint venture deve aplicar os princípios relevantes relacionados a combinação de negócios, inclusive no que diz respeito às divulgações requeridas. **IFRS 15: Receitas de contratos com clientes** (Vigência a partir de 01/01/2017)
Alteração IFRS 11 Negócios em Conjunto (Vigência a partir de 01/01/2016)

Alteração IAS 16 e IAS 38 Métodos acúmulo de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016)
Alteração IAS 27 Equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas
Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28
Entidade de investimento - exceções a regra de consolidação (Vigência a partir de 01/01/2016)
Alteração IAS 1 (Vigência a partir de 01/01/2016)

A Companhia não espera que as novas normas ou revisões acima mencionadas produzam impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. **c) Alterações de pronunciamentos já existentes**
IFRS 7 Contratos de serviços
Contratos de serviços geralmente atende a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem as definições descritas na norma (parágrafos B30 e A20), vigência a partir de 01/01/2016.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	15.448	15.978	15.488	16.052
Bancos conta movimento	27.451	14.816	31.874	18.646
Aplicações financeiras	337.956	87.104	463.318	223.185
	380.855	117.898	510.680	257.883

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Operações compromissadas (a)	306.187	65.959	421.732	189.567
CDB (b)	31.285	19.773	40.097	20.233
Outras aplicações financeiras	484	1.372	1.489	13.385
	337.956	87.104	463.318	223.185

(a) Refere-se a operações compromissadas em debêntures, que se caracterizam pela venda de uma debênture com o compromisso por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo e do comprador (Companhia) de revendê-lo no futuro, com liquidez imediata sem perda de rendimento, que varia de 100,0 a 103,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (de 100,0% a 102,8% em 31 de dezembro de 2013).
(b) Refere-se a aplicações em CDB com compromisso de recompra pela instituição financeira com rendimento de 98,0% a 101,5% do CDI (de 98,0% a 100,4% em 31 de dezembro de 2013).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CDB (a)	10.90	8,22	10.178	1.032
LFT - Renda Fixa (a)	-	-	2.210	1.992
Operações compromissadas (a)	-	(b)	394	4.006
Outros títulos e valores mobiliários	-	-	1.116	731
	-	-	13.898	7.821
Ativo circulante	-	-	205	217
Ativo não circulante	-	-	13.693	7.604
	-	-	13.898	7.821

(a) Refere-se à aplicação financeira dada em garantia e fiança a processos judiciais.
(b) Refere-se à operação compromissada em debêntures, com rendimento de 100,0 a 103,5% do CDI (de 100,0% a 101,5% do CDI em 31 de dezembro de 2013).

(c) Aplicações em CDB com rendimento de 99,0% a 100,5% do CDI (de 99,0% a 104,0% do CDI em 31 de dezembro de 2013).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Contas a receber de clientes - Cartão Marisa: A vencer:				
Até 30 dias	140.612	144.061	133.069	135.699
De 31 a 60 dias	53.131	57.232	78.415	81.716
De 61 a 90 dias	13.593	15.203	74.765	81.908
De 91 a 120 dias	2.341	2.247	54.184	62.667
De 121 a 150 dias	408	378	41.427	47.538
De 151 a 180 dias	-	-	25.330	23.938
De 181 a 210 dias	-	-	22.648	23.402
Acima de 210 dias e menor de 360 dias	-	-	38.033	44.522
	210.085	219.121	467.871	505.390

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Vencidas:				
Até 30 dias	-	-	85.207	89.647
De 31 a 60 dias	-	-	25.443	23.275
De 61 a 90 dias	-	-	19.976	20.943
De 91 a 120 dias	-	-	18.727	18.315
De 121 a 150 dias	-	-	16.625	15.399
De 151 a 180 dias	-	-	16.976	15.206
	-	-	182.954	182.185

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Administradoras de cartões de crédito - terceiros (a)	210.085	219.121	650.825	687.575
Cartão "co-branded" - Unisa Itaucard (b)	162.220	153.507	165.437	154.174
Contas a receber - Banco Itaú Marisa (b)	44.228	39.562	44.228	39.562
Operações de crédito pessoal - SAX (c)	-	-	11.315	11.840
FIDC- NP Club (d)	-	-	200.652	160.938
Outras contas a receber	132	221	586	511
Ajuste a valor presente	(7.370)	(7.071)	(7.780)	(7.853)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	(9)	(84)	(98.563)	(83.957)
	409.288	405.258	980.364	978.974

(a) Refere-se a saldo com administradoras de cartões de crédito onde o recebimento ocorre em até 90 dias, sendo que em 31 de dezembro de 2014 o percentual de recebimento em 30 dias é de 60% (64% em 31 de dezembro de 2013).

(b) Conforme contrato celebrado com o Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. ("Itaú Unibanco") para criação do cartão de crédito Itaú Unibanco/Marisa ("Co-branded"), nas situações em que ocorre a migração do cliente detentor do "Cartão Marisa" para este novo cartão, os saldos a receber em aberto são automaticamente assumidos pelo Itaú Unibanco, o qual pagará à Marisa o valor principal acrescido de juros previamente contratado pelo cliente nas vendas parceladas, se aplicável.

(c) O montante das operações de crédito pessoal está assim distribuído por prazo de recebimento:

	31/12/2014	31/12/2013
A vencer:		
Até 30 dias	30.689	25.154
De 31 a 60 dias	26.270	21.566
De 61 a 90 dias	20.225	16.723
De 91 a 180 dias	38.635	31.354
Acima de 181 dias	23.251	19.592
	139.270	114.389

	31/12/2014	31/12/2013
Vencidas:		
Até 30 dias	11.251	9.331
De 31 a 60 dias	7.451	6.072
De 61 a 90 dias	6.696	5.336
De 91 a 120 dias	6.387	4.525
De 121 a 150 dias	5.515	4.407
De 151 a 180 dias	5.965	3.990
De 181 a 240 dias	9.482	6.422
De 241 a 300 dias	6.084	3.871
De 301 a 360 dias	2.560	1.585
	61.382	45.949
	200.652	160.938

(d) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	(179)	(67.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(59)	(235.579)
Créditos provisionados no exercício	154	(193.005)
Créditos baixados definitivamente	(84)	(81.967)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(93)	(387.733)
Créditos provisionados no exercício	168	(273.139)
Créditos baixados definitivamente	(9)	(98.563)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(9)	(712.435)

(e) A totalidade da carteira transferida para Club FIDC- NP refere-se a direitos creditórios não performados no montante total de R\$10.699 que encontravam-se integralmente baixados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 (R\$476.755 em 31 de dezembro de 2013).

6. Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não Padronizados - FIDC- NP Club Administradora de Cartões de Crédito
Em 28 de dezembro de 2011, foram iniciadas as operações do Club Administradora de Cartões de Crédito Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados ("FIDC- NP Club"), sob o forma de condomínio fechado, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios representados por títulos ou contratos representativos de operações relacionadas à aquisição de bens ou serviços pelos clientes da Marisa. O FIDC- NP Club tem prazo de duração indeterminada. A estrutura de patrimônio do FIDC- NP Club, em 31 de dezembro de 2014, é constituída por 224,73 quotas (80,12 quotas em 31 de dezembro de 2013) subordinadas de titularidade da controlada Club, no valor de R\$50,9 cada (R\$14 em 31 de dezembro de 2013) totalizando o montante de R\$11.451 (R\$1.152 em 31 de dezembro de 2013). O regulamento do FIDC- NP Club define que 50% do patrimônio líquido do fundo deverá estar representado por direitos creditórios. O balanço patrimonial do fundo está assim demonstrado:

	31/12/2014
Ativo	

Demonstrações Financeiras



MARISA LOJAS S.A. 61.189.288/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Controladora - 31/12/2013				
Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Club	100,00	853.254	430.702	422.552
Max	99,99	170.098	111.357	58.741
Due Mille	99,99	335.192	288.182	47.010
Sisara	99,99	8.521	3.520	5.901
Fashion	99,99	20.834	10.429	10.146
Estilo	99,99	1.747	19	56
Albatroz	99,99	1.141	6	1.135
Stúdio	99,99	551	1	550
Registral	99,99	5	3	(41)
Visual (a)	99,99	3.344	7.324	(3.857)
				542.701
				161.225

Consolidado - 31/12/2014				
Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido
.....	20,00	71.052	35.813	32.813
				14.902
				5.552
				(1.979)
				5.562
				(11.979)

(a) A Companhia reclassificou o saldo negativo deste investimento para "Outras obrigações". As alterações registradas nas contas de investimentos durante o exercício de 2014 e de 2013 são como segue:

Controladora			
	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	542.701	514.412	
Ação de investimento por combinação de negócios	8.477	-	
Carteira de clientes	376	-	
Agio sobre investimentos	137.509	161.225	
Participação no resultado das controladas	12.224	3.990	
Provisão para perdas em investimentos	66	-	
Ganho com investimentos	(326.124)	(136.926)	
Dividendos recebidos	452.402	542.701	
Saldo no fim do exercício	542.402	542.701	

14.1. Aquisição de investimento em Joint Venture
Em 22 de abril de 2014, a Companhia assinou o acordo de investimento para aquisição de 20% do capital social da Netpoints, entidade cujo objeto social é a gestão de programa de fidelização de clientes de grandes redes varejistas. Em 3 de junho de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou a operação, viabilizando assim a conclusão do acordo. O capital integralizado para a aquisição de 20% foi de R\$26.026. A Companhia realizou a avaliação dos ativos adquiridos e passivos assumidos para a determinação do ágio apurado na operação conforme abaixo:

Patrimônio líquido na data de aquisição (a)	47.394
Participação adquirida (20%)	8.477
Intangível (Carteira de clientes)	376
Agio fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura	17.173
Custo total de aquisição	26.026

(a) O ágio patrimonial da Netpoints na data da aquisição estava substancialmente representado por: caixa e equivalentes de caixa, ativo intangível, receita diferida e outros passivos circulantes. Os valores relacionados às receitas e ao resultado antes do imposto de renda da Netpoints desde 1º de janeiro de 2014, caso a combinação tivesse ocorrido naquela data, não são relevantes.

15. Imobilizado							
Taxa média anual de depreciação %	Controladora - 31/12/2014	Controladora - 31/12/2013					
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	
Instalações	10	310.439	(128.457)	181.982	273.107	(96.275)	176.832
Benefícios em imóveis de terceiros	20	719.974	(537.710)	182.264	663.412	(457.432)	205.980
Equipamentos de informática	20	115.959	(74.232)	36.703	93.421	(67.777)	30.644
Móveis e utensílios	10	193.663	(82.777)	110.886	176.534	(62.114)	113.520
Veículos	20	3.294	(1.251)	2.043	2.945	(902)	2.043
Obras em andamento	10	6.599	(2.527)	4.072	16.717	(6.717)	10.000
Outros imobilizados	10	8.277	(2.527)	5.750	7.961	(1.703)	6.258
		1.353.131	(826.954)	526.177	1.233.197	(681.203)	551.994

15. Imobilizado							
Taxa média anual de depreciação %	Consolidado - 31/12/2014	Consolidado - 31/12/2013					
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	
Instalações	10	310.964	(128.590)	182.374	273.420	(96.365)	177.055
Benefícios em imóveis de terceiros	20	720.726	(538.332)	182.394	664.139	(457.963)	206.176
Equipamentos de informática	20	115.959	(77.431)	38.468	97.491	(65.422)	32.069
Móveis e utensílios	10	195.268	(83.603)	111.665	177.175	(62.784)	114.391
Veículos	20	3.294	(1.251)	2.043	2.945	(902)	2.043
Obras em andamento	10	6.599	(2.527)	4.072	16.717	(6.717)	10.000
Outros imobilizados	10	43.819	(15.252)	28.567	40.376	(11.501)	28.875
		1.396.596	(844.459)	552.130	1.272.263	(694.937)	577.326

As alterações registradas na rubrica "Imobilizado", durante o exercício, foram as seguintes:

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	551.994	471.017	577.326	494.052	
Adições	135.655	211.645	140.642	217.845	
Depreciação	(17.414)	(7.022)	(6.857)	(6.707)	
Depreciação	(135.858)	(129.966)	(158.001)	(133.741)	
Saldo no fim do exercício	526.177	551.994	552.110	577.326	

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	551.994	471.017	577.326	494.052	
Adições	135.655	211.645	140.642	217.845	
Depreciação	(17.414)	(7.022)	(6.857)	(6.707)	
Depreciação	(135.858)	(129.966)	(158.001)	(133.741)	
Saldo no fim do exercício	526.177	551.994	552.110	577.326	

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	551.994	471.017	577.326	494.052	
Adições	135.655	211.645	140.642	217.845	
Depreciação	(17.414)	(7.022)	(6.857)	(6.707)	
Depreciação	(135.858)	(129.966)	(158.001)	(133.741)	
Saldo no fim do exercício	526.177	551.994	552.110	577.326	

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	551.994	471.017	577.326	494.052	
Adições	135.655	211.645	140.642	217.845	
Depreciação	(17.414)	(7.022)	(6.857)	(6.707)	
Depreciação	(135.858)	(129.966)	(158.001)	(133.741)	
Saldo no fim do exercício	526.177	551.994	552.110	577.326	

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	551.994	471.017	577.326	494.052	
Adições	135.655	211.645	140.642	217.845	
Depreciação	(17.414)	(7.022)	(6.857)	(6.707)	
Depreciação	(135.858)	(129.966)	(158.001)	(133.741)	
Saldo no fim do exercício	526.177	551.994	552.110	577.326	

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	551.994	471.017	577.326	494.052	
Adições	135.655	211.645	140.642	217.845	
Depreciação	(17.414)	(7.022)	(6.857)	(6.707)	
Depreciação	(135.858)	(129.966)	(158.001)	(133.741)	
Saldo no fim do exercício	526.177	551.994	552.110	577.326	

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	551.994	471.017	577.326	494.052	
Adições	135.655	211.645	140.642	217.845	
Depreciação	(17.414)	(7.022)	(6.857)	(6.707)	
Depreciação	(135.858)	(129.966)	(158.001)	(133.741)	
Saldo no fim do exercício	526.177	551.994	552.110	577.326	

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	551.994	471.017	577.326	494.052	
Adições	135.655	211.645	140.642	217.845	
Depreciação	(17.414)	(7.022)	(6.857)	(6.707)	
Depreciação	(135.858)	(129.966)	(158.001)	(133.741)	
Saldo no fim do exercício	526.177	551.994	552.110	577.326	

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	551.994	471.017	577.326	494.052	
Adições	135.655	211.645	140.642	217.845	
Depreciação	(17.414)	(7.022)	(6.857)	(6.707)	
Depreciação	(135.858)	(129.966)	(158.001)	(133.741)	
Saldo no fim do exercício	526.177	551.994	552.110	577.326	

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	551.994	471.017	577.326	494.052	
Adições	135.655	211.645	140.642	217.845	
Depreciação	(17.414)	(7.022)	(6.857)	(6.707)	
Depreciação	(135.858)	(129.966)	(158.001)	(133.741)	
Saldo no fim do exercício	526.177	551.994	552.110	577.326	

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	551.994	471.017	577.326	494.052	
Adições	135.655	211.645	140.642	217.845	
Depreciação	(17.414)	(7.022)	(6.857)	(6.707)	
Depreciação	(135.858)	(129.966)	(158.001)	(133.741)	
Saldo no fim do exercício	526.177	551.994	552.110	577.326	

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	551.994	471.017	577.326	494.052	
Adições	135.655	211.645	140.642	217.845	
Depreciação	(17.414)	(7.022)	(6.857)	(6.707)	
Depreciação	(135.858)	(129.966)	(158.001)	(133.741)	
Saldo no fim do exercício	526.177	551.994	552.110	577.326	

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	551.994	471.017	577.326	494.052	
Adições	135.655	211.645	140.642	217.845	
Depreciação	(17.414)	(7.022)	(6.857)	(6.707)	
Depreciação	(135.858)	(129.966)	(158.001)	(133.741)	
Saldo no fim do exercício	526.177	551.994	552.110	577.326	

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	551.994	471.017	577.326	494.052	
Adições	135.655	211.645	140.642	217.845	
Depreciação	(17.414)	(7.022)	(6.857)	(6.707)	
Depreciação	(135.858)	(129.966)	(158.001)	(133.741)	
Saldo no fim do exercício	526.177	551.994	552.110	577.326	

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	551.994	471.017	577.326	494.052	
Adições	135.655	211.645	140.642	217.845	
Depreciação	(17.414)	(7.022)	(6.857)	(6.707)	
Depreciação	(135.858)	(129.966)	(158.001)	(133.741)	
Saldo no fim do exercício	526.177	551.994	552.110	577.326	

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	551.994	471.017	577.326	494.052	
Adições	135.655	211.645	140.642	217.845	
Depreciação	(17.414)	(7.022)	(6.857)	(6.707)	
Depreciação	(135.858)	(129.966)	(158.001)	(133.741)	
Saldo no fim do exercício	526.177	551.994	552.110	577.326	

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	551.994	471.017	577.326	494.052	
Adições	135.655	211.645	140.642	217.845	
Depreciação	(17.414)	(7.022)	(6.857)	(6.707)	
Depreciação	(135.858)	(129.966)	(158.001)	(133.741)	
Saldo no fim do exercício	526.177	551.994	552.110	577.326	

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	551.994	471.017	577.326	494.052	
Adições	135.655	211.645	140.642	217.845	
Depreciação	(17.414)	(7.022)	(6.857)	(6.707)	
Depreciação	(135.858)	(129.966)	(158.001)	(133.741)	
Saldo no fim do exercício	526.177	551.994	552.110	577.326	

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo no início do exercício	551.994	471.017	577.326	494.052	
Adições	135.655	211.645	140.642	217.845	
Depreciação	(17.414)	(7.022)	(6.857)	(6.707)	
Depreciação	(135.858)	(129.966)	(158.001)	(133.741)	
Saldo no fim do exercício	526.177				

Demonstrações Financeiras

marisa

MARISA LOJAS S.A. 61.189.288/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2013			
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Receita líquida de clientes externos	2.515.010	429.927	152.053	3.096.990
Custos do segmento (1.341.998)	(1.341.998)	(258.333)	(59.217)	(1.659.548)
Lucro bruto	1.173.012	171.594	92.836	1.437.442
Despesas com vendas (917.033)	(917.033)	-	-	(917.033)
Despesas gerais e administrativas (118.388)	(118.388)	(25.212)	(14.682)	(158.282)
Outras receitas operacionais	12.282	(3.759)	171	8.694
Resultado operacional do segmento	149.873	142.623	78.325	370.821
Depreciação e amortização				(164.364)
Receitas financeiras				44.610
Despesas financeiras				(131.717)
				119.350
	31/12/2014			
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	392.658	105.617	12.405	510.680
Contas a receber de clientes	202.718	633.235	144.411	980.364
Estoques	372.590	-	-	372.590
Imobilizado e intangível	704.778	6.295	166	711.239
Outros	283.989	100.042	9.684	393.715
	1.956.733	845.189	166.666	2.968.588

	31/12/2013			
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	134.327	80.714	42.842	257.883
Contas a receber de clientes	180.738	682.129	118.759	981.626
Estoques	342.277	-	-	342.277
Imobilizado e intangível	691.879	9.109	264	701.252
Outros	208.222	77.384	7.679	293.285
	1.557.443	849.336	169.544	2.576.323
	31/12/2014			
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Fornecedores e financiamentos	244.394	854	-	245.248
Empréstimos e financiamentos	891.116	170.278	78.315	1.139.709
Impostos a recolher	123.639	5.451	18.239	147.329
Provisão para litígios e demandas judiciais	43.448	10.771	497	54.716
Outros	154.526	68.789	2.393	225.708
Patrimônio líquido	499.610	589.046	67.222	1.155.878
	1.956.733	845.189	166.666	2.968.588

	31/12/2013			
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Fornecedores	253.481	1.496	-	254.977
Empréstimos e financiamentos	680.200	61.592	50.292	792.084
Impostos a recolher	125.640	4.930	16.317	146.887
Provisão para litígios e demandas judiciais	35.417	9.656	379	45.452
Outros	87.976	102.576	38.633	229.185
Patrimônio líquido	374.729	669.086	63.923	1.107.738
	1.557.443	849.336	169.544	2.576.323

34. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, são assim demonstradas:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
Responsabilidade civil	10.000	3,000	10.000	3,000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	228.100	129,500	228.100	129,500
Transportes	77.000	72,200	77.000	72,200
Veículos	2.623	2,162	2.623	2,162
	317.723	206,862	317.723	206,862

A DIRETORIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONTADORA

Glessiane Fabiana Rossa - CRC 1SP281553/O-4 - CPF 978.182.241-49

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Marisa Lojas S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Marisa Lojas S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as

demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Marisa Lojas S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2015.



Ernst & Young

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Antonio Humberto Barros dos Santos

Contador

CRC-1SP161745/O-3

Patrícia Nakano Ferreira

Contadora

CRC-1SP234620/O-4